



Exma. Senhora
Presidente da Comissão de Agricultura e Pescas
Deputada Emília Cerqueira

Assunto: Pedido de audição da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Exma. Senhora Presidente,

Os setores agrícola, florestal e das pescas desempenham um papel estratégico na sustentabilidade económica e ambiental do nosso país. Contudo, o bom desempenho destes setores depende, em grande parte, da eficácia e eficiência de entidades públicas competentes como a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).

Ao longo dos anos tem sido amplamente reportado, tanto por associações de agricultores, produtores florestais e pescadores, como pela comunicação social, que estas entidades enfrentam lacunas estruturais. Destacam-se a morosidade nos processos de licenciamento, a opacidade nos critérios de decisão e a dificuldade de acesso aos fundos públicos. Estas situações não apenas comprometem a competitividade destes setores, como também afetam a confiança dos cidadãos na Administração Pública.

A floresta, como recurso estratégico, desempenha um papel central nas políticas públicas relacionadas à agricultura, ao ambiente, à economia e à coesão territorial, estando intrinsecamente



ligada ao combate às alterações climáticas e à promoção de uma economia sustentável. Sem floresta, não há equilíbrio ambiental, suporte à agricultura ou dinamização territorial.

No setor agroflorestal a morosidade nos processos de licenciamento leva a que agricultores e produtores relatem largas esperas. Também a dualidade de critérios e falta de transparência comunicada por diversas associações agrícolas, têm denunciado critérios inconsistentes na aprovação de projetos de recuperação florestal, especialmente em áreas afetadas por incêndios, como a Serra da Estrela, após os fogos de 2022, como conhecido através das diversas iniciativas já apresentadas neste âmbito. Ainda este ano, o Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco anulou a Declaração de Impacte Ambiental do projeto da Barragem do Pisão, no Crato, distrito de Portalegre, uma infraestrutura necessária para gestão hídrica da região, e tão necessária para os agricultores da região.

Já no setor das pescas e da aquicultura é de realçar também as demoras no licenciamento de atividades e infraestruturas, sendo que as comunidades têm enfrentado atrasos significativos nos processos, sejam eles relativos a embarcações ou à emissão de CITES - Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção, na União Europeia. Nas áreas marinhas protegidas, as queixas sobre a falta de clareza nos planos de gestão e a ausência de diálogo com as comunidades locais têm gerado conflitos e dificultado a aplicação de medidas de conservação que poderiam ser mutuamente benéficas.

Face ao exposto, e considerando a relevância deste tema para a resolução dos problemas enfrentados por agricultores, produtores florestais, pescadores e outros cidadãos que dependem da ação destas entidades, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal considera fundamental uma audição da APA e do ICNF nesta Comissão, com os objetivos de:



1. Esclarecer os tempos médios de tramitação de processos e os principais fatores que contribuem para a sua morosidade;
2. Compreender os critérios de decisão e a execução de fundos comunitários;
3. Recolher contributos sobre como a Comissão de Agricultura e Pescas pode procurar atuar para mitigar os entraves que têm prejudicado a resposta aos cidadãos e o desenvolvimento sustentável destes setores; e
4. Identificar medidas para melhorar a eficiência na sua gestão.

Palácio de São Bento, 7 de fevereiro de 2025

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Mário Amorim Lopes

Carlos Guimarães Pinto

André Abrantes Amaral

Joana Cordeiro

Mariana Leitão

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha